



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150762 - MG (2021/0230837-2)

RELATOR : **MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**

RECORRENTE : DOUGLAS PEDROSA BRITO (PRESO)

ADVOGADO : JONATHAN DE SOUZA VIEIRA - MG158201

RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CORRÉU : GUSTAVO MATOS ORNELAS

CORRÉU : WILLIAN PEREIRA DE SOUZA

CORRÉU : JOUBERT FERREIRA DE JESUS

CORRÉU : GLEIDSON DOS SANTOS FERREIRA

CORRÉU : ANDERSON MACHADO RAMOS

CORRÉU : JORDIANO APARECIDO BARBOSA

CORRÉU : RODRIGO RODRIGUES CASTRO

CORRÉU : ANTONIO CARLOS FERREIRA DE SOUSA

CORRÉU : ANDERSON MENDES MIRANDA

CORRÉU : MARCELO FERNANDES MATOS

CORRÉU : GISLANE VIANA

CORRÉU : NATANAEL MOURA DE SOUZA

CORRÉU : DAWITSON SANTOS FERNANDES

CORRÉU : IGOR CARDOSO ROSA

CORRÉU : DEIVSON RODRIGUES NASCIMENTO

CORRÉU : LUCAS TELES DO NASCIMENTO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por DOUGLAS PEDROSA BRITO contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.106594-1/000).

O recorrente foi denunciado como incurso no art. 35 c/c o art. 40, inciso VI, ambos da Lei n. 11.343/2006. Acolhendo representação da autoridade policial, a prisão preventiva foi decretada.

Sustenta que não teria sido apresentada fundamentação idônea e elementos concretos para a ordenação e manutenção da custódia cautelar, porquanto embasada na gravidade abstrata do delito.

Pondera que, em caso de eventual condenação, fará jus a regime menos gravoso, pelo que seria desproporcional a custódia antecipada.

Alega que seria primário, de bons antecedentes, com endereço certo e profissão lícita, predados que lhe autorizariam a responder solto à ação penal.

Argumenta que a hipótese dos autos comportaria a substituição da prisão por providências cautelares menos gravosas (art. 319 do Código de Processo Penal).

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão cautelar, com aplicação de medidas cautelares alternativas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, constata-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão do recorrente, consoante se extrai da seguinte passagem (fls. 454-456):

Verifica-se que a douta autoridade ora apontada coatora decretou a segregação preventiva do agente, com fulcro na representação da Autoridade Policial, no pleito do Ministério Público pelo deferimento da custódia cautelar e na presença dos requisitos autorizadores previstos pelo art. 312 do Código Processual Penal, em especial a ordem pública, bem como diante da existência de indícios de autoria e de materialidade do crime.

[...]

Noutro norte, não se mostra prudente a análise das teses de matéria probatória. De tal forma, o exame da alegação dos impetrantes de que os indícios de autoria são insuficientes para legitimar a prisão preventiva, de modo que a ação trata-se de uma apuração, não existindo provas consistentes de que o paciente tenha concorrido no delito uma vez que estão ausentes os critérios de habitualidade e de permanência para com a finalidade delituosa a qual está sendo denunciado, resta prejudicado.

Isso porque, é cediço, no entendimento doutrinário e jurisprudencial, que na estreita via do writ não é possível o exame valorativo do conjunto fático-probatório, afigurando-se inviável, nesta seara, a discussão acerca da negativa de autoria e da ausência de provas de materialidade.

In casu, havendo lastro probatório mínimo –indícios suficientes de autoria e de prova da existência do crime – e, constituindo as questões ventiladas pelo impetrante na inicial matéria de mérito, deve ser rejeitada, por ora, a alegação de não ser o paciente autor do delito que a ele é imputado.

Não obstante, ante a gravidade dos fatos, as medidas cautelares alternativas à prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, não se mostram suficientes e adequadas à prevenção e à repressão dos crimes imputados ao paciente, razão pela qual deixo de aplicá-las.

Ressalte-se, ainda, que é possível uma convivência harmonizável entre a prisão cautelar e o princípio da presunção de inocência, uma vez que a própria Constituição da República (art. 5º, LXI) prevê a possibilidade desse tipo de custódia, contanto que preservada a característica da excepcionalidade, subordinada à necessidade concreta, real, efetiva e fundamentada, não havendo que se falar, então, em antecipação de pena.

E mais, a eventual presença de condições favoráveis do agente não possui o condão de garantir-lhe a liberdade provisória, já que, como transcrito alhures,

estão presentes, no caso concreto, outras circunstâncias autorizadoras da cautela.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de liminar.**

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência